

ao Ministério Público do Estado de Goiás, por meio de protocolo eletrônico (<https://www.mpggo.mp.br/protocolo>), aos cuidados da Comissão do Concurso Público para cargos efetivos 2026, e

21.9.1 O Ministério Público do Estado de Goiás e o Instituto AOCF não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao(à) candidato(a) decorrentes de:

- a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
- b) endereço residencial desatualizado;
- c) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
- d) outras informações divergentes e/ou errôneas fornecidas pelo(a) candidato(a), tais como dados pessoais, telefones e documentos.

21.10 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor não seja objeto de recurso previsto neste Edital.

21.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público para cargos efetivos 2026, em consulta com o Instituto AOCF.

21.12 O(a) candidato(a) que desejar impugnar este Edital deverá fazê-lo por meio de link disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocf.org.br](http://www.institutoaocf.org.br), no período indicado no Cronograma — Anexo I deste Edital.

21.12.1 Cabe ao(à) interessado(a) indicar especificamente o(s) item(ns) objeto de impugnação, bem como a respectiva motivação.

21.12.2 As impugnações interpostas nos termos do subitem 21.12 serão analisadas e respondidas pelo Ministério Público do Estado de Goiás e pelo Instituto AOCF, observadas as respectivas competências.

21.12.3 Não caberá recurso administrativo contra decisão proferida em sede de impugnação ao Edital.

21.13 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 04 de maio de 2026.

**CYRO TERRA PERES**  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO I - CRONOGRAMA**

<b>PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA</b>	<b>04/05</b>
Período de impugnação do edital de abertura	05 e 06/05/2026
Data para liberação das respostas	a partir 11/05/2026
<b>ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO</b>	
<b>PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	9h do dia 11/05 até às 16h do dia 13/05/2026
Prazo para envio/entrega da documentação referente a isenção da Taxa de Inscrição.	9h do dia 11/05 até às 17h do dia 13/05/2026
Divulgação do <b>deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição</b>	25/06/2026
Período para recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	00h do dia 26/06 até às 23h59 do dia 27/06
Divulgação do <b>deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição pós-recurso</b>	04/06/2026
<b>DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</b>	
<b>PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
Período para solicitação de inscrição	9h do dia 11/05 até às 23h59 do dia 10/06/2026
Período para pagamento da taxa de inscrição	9h do dia 11/05 até o dia 11/06/2026 observado o horário de compensação bancária
Período para emissão da segunda via do boleto	9h do dia 11/05 até às 17h do dia 11/06/2026
<a href="#">Período para envio de laudo médico - para condição especial</a>	9h do dia 11/05 até às 23h59 do dia 11/06/2026
<a href="#">Período para envio de laudo médico - para concorrer à vaga reservada PCD</a>	9h do dia 11/05 até às 23h59 do dia 11/06/2026
Divulgação do <b>deferimento das inscrições</b>	19/06/2026
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	00h do dia 22/06 até às 23h59 do dia 23/06/2026
<b>DA PROVA OBJETIVA</b>	
<b>DATA</b>	

Divulgação do Edital de horário e local da prova	30/06/2026
Divulgação do Cartão de Informação dos candidatos - link	06/07/2026
<b>APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA</b>	<b>12/07/2026</b>
Divulgação do <b>Gabarito Preliminar</b> e do(s) Caderno(s) de questões	13/07/2026
Período para recurso contra o Gabarito Preliminar	00h do dia 14/07 até às 23h59 do dia 15/07/2026
Divulgação do <b>edital de Pareceres dos Recursos Deferidos</b> contra o Gabarito Preliminar, do <b>Gabarito pós-recursos, das folhas de respostas da Prova Objetiva e do Resultado da Prova Objetiva - Preliminar</b>	27/07/2026
Período para recurso contra o resultado da Prova Objetiva - Preliminar	0h do dia 28/07 até às 23h59 do dia 29/07/2026
Divulgação do <b>resultado da Prova Objetiva - pós-recursos</b> e do <b>Gabarito Definitivo</b>	04/08/2026

<b>DA PROVA DISCURSIVA somente cargos de analista</b>	<b>DATA</b>
<b>Divulgação do candidato habilitado para a correção da prova discursiva</b>	04/08/2026
Divulgação da resposta padrão, da folha de respostas e do <b>resultado preliminar</b> da prova discursiva	05/08/2026
Período para recurso contra o resultado da prova discursiva	0h do dia 06/08 até às 23h59 do dia 07/08/2026
Divulgação do parecer do recurso contra o resultado da prova discursiva e do <b>resultado da prova discursiva pós-recurso</b>	21/08/2026

<b>DA PROVA DE TÍTULOS - somente cargos de analista</b>	<b>DATA</b>
Convocação dos candidatos habilitados para a prova de títulos	04/08/2026
Período para preenchimento do <b>Formulário de Cadastro de Títulos</b>	14h do dia 04/08 até às 17h do dia 07/08

Período para postagem dos documentos pertinentes à prova de títulos	14h do dia 04/08 até às 17h do dia 07/08
Divulgação do <b>resultado preliminar da prova de títulos</b>	12/08/2026
Período para recurso contra o resultado da prova títulos	0h do dia 13/08 até às 23h59 do dia 14/08/2026
Divulgação do <b>resultado da prova de títulos pós-recurso</b>	21/08/2026

<b>PERÍCIA PcD</b>	<b>DATA</b>
Convocação dos candidatos PcD's para a perícia médica	04/08/2026
Divulgação do Cartão de Informação dos candidatos - Link	04/08/2026
<b>APLICAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA PARA PcD</b>	09 ou 10/08/2026
Divulgação do <b>resultado preliminar</b> da perícia médica	12//08/2026
Período para recurso contra o resultado da perícia médica	0h do dia 13/08 até às 23h59 do dia 14/08/2026
Divulgação do parecer do recurso contra o resultado da perícia médica e do <b>resultado da perícia médica pós-recurso</b>	21/08/2026

<b>DA AFERIÇÃO DO CANDIDATO NEGRO</b>	
Convocação para a aferição presencial do candidato negro	04/08/2026
Divulgação do Cartão de Informação dos candidatos - Link	04/08/2026
<b>Data da Aferição</b>	09 ou 10/08/2026
Divulgação do <b>resultado preliminar</b> da Aferição	12/08/2026
Período para recurso contra o resultado provisório da Aferição	0h do dia 13/08 até às 23h59 do dia 14/08/2026
Divulgação do parecer do recurso contra o resultado da Aferição e <b>resultado definitivo da Aferição</b>	21/08/2026

<b>DO RESULTADO FINAL</b>	<b>DATA</b>
Divulgação do <b>resultado preliminar e classificação dos candidatos</b>	21/08/2026

Período para recurso contra o resultado e classificação	0h do dia 24/08 até às 23h59 do dia 25/08/2026
Divulgação do <b>resultado final e classificação pós-recurso</b>	31/08/2026
Divulgação da <b>HOMOLOGAÇÃO do resultado final e classificação</b>	até 31/08

## **ANEXO II - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

### **CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**

#### **1. REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

##### **Habilitação Acadêmica**

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

##### **Registro Profissional**

Registro ativo e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), na modalidade compatível com a habilitação acadêmica do(a) candidato(a), nos termos da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Lei Federal n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

##### **Aprovação em Concurso Público**

Aprovação e classificação no presente Concurso Público, nos termos deste Edital e da Lei Estadual n.º 22.965, de 2 de setembro de 2024.

#### **2. CONHECIMENTOS EXIGIDOS**

Sem prejuízo dos demais conhecimentos avaliados nas provas do certame, o(a) candidato(a) ao cargo de Analista em Engenharia Ambiental e Sanitária deverá demonstrar domínio de:

- a) legislação afeta ao Ministério Público do Estado de Goiás e às atividades de fiscalização, licenciamento e proteção ambiental;
- b) informática aplicada à engenharia, incluindo o uso de ferramentas e softwares técnicos pertinentes à área de atuação;

c) informática geral, nos termos do conteúdo programático constante do Anexo III deste Edital.

### 3. JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

As informações relativas à jornada de trabalho e à remuneração do cargo estão definidas nos termos da Lei Estadual n.º 22.965, de 2 de setembro de 2024, e constam do Quadro de Vagas — Tabela 2.1 deste Edital.

### 4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS

Desenvolver atividades de nível superior relacionadas a trabalhos técnicos que contemplem planejamento, organização, orçamento e controle de serviços de elaboração de projetos, fiscalização e vistorias de obras e instalações, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas da Engenharia Ambiental e Sanitária, abrangendo saneamento básico, recursos hídricos, resíduos sólidos, controle de poluição e impactos ambientais.

### 5. DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA DAS ATRIBUIÇÕES

1. prestar assessoramento técnico aos órgãos de execução e às unidades especializadas do Ministério Público em processos extrajudiciais e judiciais, elaborando pareceres, laudos e relatórios fundamentados, inclusive sobre atividades sujeitas a licenciamento ambiental;
2. analisar estudos voltados a processos de licenciamento ambiental, tais como Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV);
3. colaborar tecnicamente na formalização de convênios, contratos e acordos inerentes à sua área de conhecimento, propondo medidas de adequação quando necessário;
4. colaborar no desenvolvimento e na execução de projetos institucionais de ações de educação ambiental, capacitação, cursos, palestras, seminários e eventos técnico-científicos, em articulação com instituições públicas, privadas e demais entidades;
5. realizar intercâmbio e articulação com organizações governamentais e não governamentais ligadas à sua área de atuação, visando ao desenvolvimento de parcerias para a execução de projetos e programas institucionais, bem como à atuação multidisciplinar em casos de maior complexidade;
6. realizar vistorias, exames, avaliações, inspeções técnicas, perícias e/ou estudos especializados de campo, atuando como assistente técnico em processos judiciais quando designado(a);
7. atuar no acompanhamento e na avaliação de planos, programas, pesquisas e políticas públicas ambientais e sanitárias voltados à proteção do meio ambiente, ao saneamento ambiental e à gestão de recursos naturais;
8. integrar comissões, comitês técnicos, grupos de trabalho e iniciativas institucionais, representando o Ministério Público do Estado de Goiás em sua área de competência;
9. utilizar ferramentas de informática aplicadas à engenharia, bem como recursos de informática geral, para elaboração de projetos, relatórios técnicos, laudos, análises e demais atividades de sua competência;
10. executar outras atividades correlatas, conforme necessidade institucional ou a critério da chefia

imediate ou da Administração Superior.

## **CARGO: ANALISTA EM EDUCAÇÃO**

### **1. REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

#### **Habilitação Acadêmica**

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

#### **Aprovação em Concurso Público**

Aprovação e classificação no presente Concurso Público, nos termos deste Edital e da Lei Estadual n.º 22.965, de 2 de setembro de 2024.

### **2. CONHECIMENTOS EXIGIDOS**

Sem prejuízo dos demais conhecimentos avaliados nas provas do certame, o(a) candidato(a) ao cargo de Analista em Educação deverá demonstrar domínio de:

- a) legislação afeta ao Ministério Público do Estado de Goiás e às políticas públicas educacionais;
- b) informática geral, nos termos do conteúdo programático constante do Anexo III deste Edital.

### **3. JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO**

As informações relativas à jornada de trabalho e à remuneração do cargo estão definidas nos termos da Lei Estadual n.º 22.965, de 2 de setembro de 2024, e constam do Quadro de Vagas — Tabela 2.1 deste Edital.

### **4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS**

Desenvolver atividades de nível superior relacionadas à formulação, planejamento, execução e avaliação de planos, programas, projetos e pesquisas voltadas à política educacional e ao desenvolvimento institucional do Ministério Público, prestando suporte técnico especializado à Administração Superior, aos Centros de Apoio Operacional e à Escola Superior do Ministério Público.

## 5. DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA DAS ATRIBUIÇÕES

1. participar do planejamento, elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas, projetos e pesquisas institucionais relacionados à área da educação;
2. auxiliar na formulação e implementação de políticas educacionais, de capacitação e desenvolvimento de membras, membros, servidoras e servidores;
3. colaborar na produção de conteúdos pedagógicos e materiais instrucionais para programas de capacitação presenciais e a distância;
4. acompanhar e avaliar ações educativas implementadas pelo Ministério Público do Estado de Goiás;
5. prestar assessoramento técnico-pedagógico aos Centros de Apoio Operacional e à Escola Superior do Ministério Público;
6. emitir pareceres técnicos, relatórios e notas informativas sobre temas de sua área de conhecimento;
7. efetuar vistorias e perícias técnicas no âmbito educacional, produzindo relatórios e recomendações;
8. participar de comissões, grupos de trabalho e eventos técnicos, quando designado(a);
9. desenvolver e ministrar ações formativas e educativas conforme diretrizes institucionais;
10. acompanhar políticas públicas educacionais e propor medidas de aperfeiçoamento institucional;
11. manter-se atualizado(a) quanto às inovações pedagógicas, metodológicas e tecnológicas aplicáveis ao desenvolvimento institucional;
12. executar outras atividades correlatas, conforme necessidade institucional ou a critério da chefia imediata ou da Administração Superior.

## ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONHECIMENTOS COMUNS — TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

#### 1. LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 Compreensão e interpretação de texto; 1.2 Tipos e gêneros textuais; 1.3 Figuras de linguagem; 1.4 Significação de palavras e expressões; 1.5 Relações de sinonímia e de antonímia; 1.6 Ortografia; 1.7 Acentuação gráfica; 1.8 Uso da crase; 1.9 Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto; 1.10 Locuções verbais (perífrases verbais); 1.11 Funções do "que" e do "se"; 1.12 Formação de palavras; 1.13 Elementos de comunicação; 1.14 Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e por subordinação); 1.15 Concordância verbal e nominal; 1.16 Regência verbal e nominal; 1.17 Colocação pronominal; 1.18 Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto; 1.19 Elementos de coesão; 1.20 Função textual dos vocábulos; 1.21 Variação linguística.

---

#### 2. RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## **2.1 Raciocínio Matemático:**

2.1.1 operações com números inteiros e racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação); 2.1.2 múltiplos e divisores; 2.1.3 resolução de problemas; 2.1.4 razão, proporção e regra de três; 2.1.5 porcentagem, juros simples e juros compostos; 2.1.6 grandezas e medidas (quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa); 2.1.7 resolução de situações e problemas que envolvam os conceitos de antecessor/sucessor, par/ímpar, maior/menor, largo/estrito, comprido/curto, grosso/fino, alto/baixo, pesado/leve, metade, dobro e triplo; 2.1.8 noções de Análise Combinatória e probabilidade; 2.1.9 conceitos básicos de estatística para tratamento de informações (média aritmética, leitura e interpretação de tabelas e gráficos); 2.1.10 equações e sistemas de equações de 2.º grau.

## **2.2 Raciocínio Lógico:**

2.2.1 estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; 2.2.2 dedução de novas informações a partir das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; 2.2.3 compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos; 2.2.4 compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas; 2.2.5 quantificadores; 2.2.6 equivalências lógicas.

---

## **3. ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**

3.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

a) art. 37 (Da Administração Pública): princípios constitucionais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência); acesso a cargos e empregos públicos; concurso público; acumulação de cargos; responsabilidade civil do Estado;

b) arts. 127 a 130-A (Do Ministério Público): funções institucionais, princípios, garantias, vedações, organização e estrutura do Ministério Público; composição e competências do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

3.2 Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás — Lei Complementar Estadual n.º 25, de 6 de julho de 1998;

3.3 Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Goiás — Lei Estadual n.º 22.965, de 2 de setembro de 2024;

3.4 Código de Ética e Conduta Profissional — Decreto Estadual n.º 9.837, de 2021;

3.5 Lei de Acesso à Informação — Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011;

3.6 Resolução n.º 89, de 28 de agosto de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

3.7 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018).

---

#### **4. NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

4.1 conceitos básicos de *hardware*: placa-mãe, memórias, processadores (CPU) e periféricos de computadores;

4.2 conhecimento e utilização dos principais *softwares* utilitários (compactadores de arquivos, *chat*, clientes de e-mail, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem e antivírus);

4.3 ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e Windows 11 (em português);

4.4 utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) — versão 365 (em português);

4.5 utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) — versão 7 (em português);

4.6 conceitos de tecnologias relacionadas à internet, busca e pesquisa na *web*;

4.7 navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome;

4.8 conceitos básicos de segurança na internet e *malwares*;

4.9 *chats* com modelos de linguagem de grande escala — LLMs (Inteligência Artificial);

4.10 Engenharia de *Prompt*.

### **ANEXO III — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS — ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**

## 5. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 — art. 225 (meio ambiente) e dispositivos correlatos;

5.2 Política Nacional do Meio Ambiente — Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981: princípios, objetivos, instrumentos e Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);

5.3 Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e Decreto Federal n.º 6.514, de 22 de julho de 2008;

5.4 Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC);

5.5 Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal) e suas alterações;

5.6 Lei Federal n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos);

5.7 Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e Lei Federal n.º 14.026, de 15 de julho de 2020 (Marco Legal do Saneamento Básico);

5.8 Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos — PNRS) e Decreto Federal n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

5.9 Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano) e suas alterações;

5.10 Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);

5.11 Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de maior aplicação: n.º 001/1986, n.º 237/1997, n.º 357/2005, n.º 430/2011, n.º 458/2013 e n.º 491/2018;

5.12 Legislação ambiental do Estado de Goiás: Lei Estadual n.º 14.247, de 29 de julho de 2002, e normas do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMARH/SEMAD);

5.13 Papel institucional do Ministério Público na tutela do meio ambiente: inquérito civil, ação civil pública, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e recomendações administrativas;

5.14 Responsabilidade civil, administrativa e penal em matéria ambiental.

## 6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

6.1 Licenciamento ambiental: conceito, modalidades (licença prévia, de instalação e de operação), competências e procedimentos, nos termos da Resolução CONAMA n.º 237/1997 e da Lei

Complementar Federal n.º 140, de 8 de dezembro de 2011;

6.2 Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): conceito, estrutura, metodologia e análise crítica, nos termos da Resolução CONAMA n.º 001/1986;

6.3 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): conceito, aplicação e análise, nos termos do Estatuto da Cidade;

6.4 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE): fundamentos e aplicação em políticas, planos e programas;

6.5 Métodos de avaliação de impacto ambiental: matriz de Leopold, redes de interação, listas de verificação e sobreposição de mapas;

6.6 Programas de monitoramento e controle ambiental em empreendimentos licenciados;

6.7 Audiências públicas no processo de licenciamento ambiental;

6.8 Análise crítica de EIA/RIMA, relatórios de monitoramento e laudos técnicos ambientais para fins de assessoramento ao Ministério Público.

## 7. SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, AUDITORIA E NORMAS

7.1 Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): conceitos, estrutura e implementação;

7.2 Norma ABNT NBR ISO 14001:2015 — requisitos e diretrizes de uso;

7.3 Norma ABNT NBR ISO 14004:2016 — sistemas de gestão ambiental: diretrizes gerais para implementação;

7.4 Auditoria ambiental: conceito, tipos, procedimentos e elaboração de relatórios de auditoria, nos termos da ABNT NBR ISO 19011:2018;

7.5 Indicadores ambientais e de desempenho de sustentabilidade;

7.6 Certificações e selos ambientais: aplicações e relevância para a tutela ambiental;

7.7 Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental de empresas e instituições públicas.

## 8. ECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO

8.1 Fundamentos de ecologia: ecossistemas, cadeias e teias alimentares, ciclos biogeoquímicos e fluxo de energia;

8.2 Biomas brasileiros: Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga e Pampa — características, ameaças e instrumentos de proteção;

8.3 Biodiversidade: conceito, valoração, ameaças e estratégias de conservação in situ e ex situ;

8.4 Espécies ameaçadas de extinção: legislação aplicável e instrumentos de proteção;

8.5 Fragmentação de habitats, conectividade ecológica e corredores ecológicos;

8.6 Serviços ecossistêmicos: conceito, classificação e instrumentos de valoração e pagamento;

8.7 Mudanças climáticas: causas, efeitos, Acordo de Paris e Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal n.º 12.187/2009).

## 9. GEOPROCESSAMENTO, SENSORIAMENTO REMOTO E SIG

9.1 Fundamentos de geoprocessamento e cartografia: sistemas de coordenadas, projeções cartográficas e datum geodésico;

9.2 Sistemas de Informação Geográfica (SIG): conceitos, estrutura de dados vetoriais e matriciais, principais softwares (ArcGIS, QGIS) e aplicações ambientais;

9.3 Sensoriamento remoto: princípios físicos, tipos de sensores, interpretação de imagens de satélite e aplicações no monitoramento ambiental;

9.4 Uso e cobertura do solo: metodologias de mapeamento, interpretação e análise temporal;

9.5 Geoindicadores ambientais e monitoramento territorial por imagens de satélite;

9.6 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sua interface com o licenciamento e a fiscalização ambiental;

9.7 Aplicação de SIG na análise de vulnerabilidade ambiental, delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal.

## 10. RECURSOS HÍDRICOS, HIDROLOGIA E HIDRÁULICA

10.1 Ciclo hidrológico: componentes, balanço hídrico e variáveis hidrológicas;

10.2 Bacia hidrográfica: conceito, delimitação, caracterização morfométrica e planejamento;

10.3 Precipitação, infiltração, escoamento superficial e subterrâneo: fundamentos e métodos de quantificação;

10.4 Hidráulica de escoamentos em tubulações e canais: princípios fundamentais, equação de continuidade, equação de Bernoulli e perda de carga;

10.5 Gestão de recursos hídricos: outorga, cobrança pelo uso da água, enquadramento dos corpos hídricos e Planos de Bacia Hidrográfica;

10.6 Comitês de bacia hidrográfica: composição, competências e funcionamento;

10.7 Águas subterrâneas: aquíferos, vulnerabilidade e proteção;

10.8 Qualidade da água: parâmetros físicos, químicos e biológicos; padrões de potabilidade (Portaria GM/MS n.º 888/2021) e enquadramento de corpos hídricos (Resolução CONAMA n.º 357/2005 e n.º 396/2008).

## 11. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO

11.1 Sistemas de abastecimento de água: captação, adução, tratamento, reservação e distribuição;

11.2 Processos de tratamento de água para consumo humano: coagulação, floculação, sedimentação, filtração e desinfecção;

11.3 Tratamentos avançados: abrandamento, remoção de ferro e manganês, fluoretação e controle de sabor e odor;

11.4 Controle de qualidade da água em sistemas de abastecimento: amostragem, parâmetros e legislação aplicável;

11.5 Perdas em sistemas de distribuição: tipos, causas e estratégias de redução;

11.6 Indicadores de desempenho de sistemas de abastecimento de água;

11.7 Universalização do acesso à água potável: metas, indicadores e papel do Ministério Público na fiscalização.

## 12. ESGOTAMENTO SANITÁRIO E TRATAMENTO DE EFLUENTES

12.1 Sistemas de esgotamento sanitário: redes coletoras, interceptores, emissários e estações elevatórias;

12.2 Características dos esgotos sanitários: composição, variações de vazão e parâmetros de qualidade;

12.3 Processos de tratamento de esgotos: nível preliminar, primário, secundário e terciário;

12.4 Tratamentos biológicos: processos aeróbios (lodos ativados, filtros biológicos, valos de oxidação) e anaeróbios (UASB, biodigestores);

12.5 Tratamento e disposição final de lodo de esgoto: processos, aproveitamento agrícola e legislação

aplicável;

12.6 Padrões de lançamento de efluentes: Resolução CONAMA n.º 430/2011 e legislação estadual correlata;

12.7 Fossas sépticas e sistemas individuais de tratamento: dimensionamento e normas técnicas (ABNT NBR 7229 e 13969);

12.8 Indicadores de cobertura e qualidade dos serviços de esgotamento sanitário.

### 13. RESÍDUOS SÓLIDOS

13.1 Classificação dos resíduos sólidos: origem, periculosidade e características físicas, químicas e biológicas (ABNT NBR 10.004:2004);

13.2 Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES) e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);

13.3 Hierarquia de gestão de resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, recuperação energética e disposição final;

13.4 Logística reversa: conceito, instrumentos, setores obrigados e acordos setoriais;

13.5 Coleta seletiva e sistemas de compostagem: operação, monitoramento e indicadores;

13.6 Aterros sanitários: concepção, projeto, operação, monitoramento e encerramento, nos termos da ABNT NBR 8.419 e legislação aplicável;

13.7 Lixões e aterros controlados: passivos ambientais, impactos e procedimentos de encerramento e remediação;

13.8 Tratamento térmico de resíduos sólidos: incineração, coprocessamento e aproveitamento energético;

13.9 Resíduos de saúde: classificação, manejo, tratamento e disposição final (ABNT NBR 7.501 e Resolução CONAMA n.º 358/2005);

13.10 Resíduos industriais e da construção civil: classificação, manejo e disposição (Resolução CONAMA n.º 307/2002 e legislação correlata).

### 14. DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE ENCHENTES

14.1 Fundamentos de hidrologia urbana: impermeabilização, escoamento superficial e impactos da urbanização;

14.2 Sistemas de drenagem urbana: microdrenagem e macrodrenagem — conceitos, componentes e critérios de projeto;

14.3 Métodos de controle de cheias: estruturais (reservatórios de retenção e retenção, piscinões) e não estruturais (zoneamento, alerta e planos de contingência);

14.4 Técnicas de drenagem sustentável: jardins de chuva, pavimentos permeáveis, telhados verdes e biovaletas;

14.5 Plano de Drenagem Urbana e sua interface com o Plano Diretor Municipal;

14.6 Qualidade das águas pluviais urbanas: poluição difusa, contaminantes e medidas de controle.

## 15. POLUIÇÃO AMBIENTAL E MONITORAMENTO

15.1 Poluição atmosférica: fontes, principais poluentes, padrões de qualidade do ar (Resolução CONAMA n.º 491/2018) e dispersão de poluentes;

15.2 Poluição sonora: fundamentos, normas de emissão e controle (ABNT NBR 10.151 e Resolução CONAMA n.º 001/1990 e n.º 002/1990);

15.3 Poluição hídrica: fontes pontuais e difusas, transporte de poluentes e autodepuração de corpos d'água;

15.4 Poluição do solo: fontes, mecanismos de contaminação e legislação aplicável;

15.5 Monitoramento ambiental: planejamento, redes de amostragem, métodos analíticos e controle de qualidade;

15.6 Indicadores de qualidade ambiental: índices de qualidade da água (IQA), do ar e do solo;

15.7 Modelagem matemática aplicada à qualidade da água e dispersão de poluentes atmosféricos: fundamentos e aplicações;

15.8 Saúde pública e epidemiologia ambiental: relação entre exposição a contaminantes e agravos à saúde humana; vigilância ambiental em saúde; doenças de veiculação hídrica; impactos sanitários da poluição do ar, da água e do solo; risco sanitário e avaliação de exposição.

## 16. ÁREAS CONTAMINADAS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

16.1 Conceito e classificação de áreas contaminadas: fontes de contaminação, contaminantes prioritários e vias de exposição;

16.2 Investigação de áreas contaminadas: etapas, métodos e procedimentos (ABNT NBR 15.515);

16.3 Avaliação de risco à saúde humana e ao meio ambiente: fundamentos e metodologia;

16.4 Técnicas de remediação de solos e águas subterrâneas contaminadas: escavação e disposição, biorremediação, fitorremediação, extração de vapores do solo (SVE) e barreiras reativas permeáveis;

16.5 Recuperação de Áreas Degradadas (RAD): conceito, legislação aplicável, métodos e monitoramento;

16.6 Passivos ambientais: identificação, quantificação e responsabilização;

16.7 Cadastro de áreas contaminadas e reabilitadas: instrumentos estaduais e federais.

## 17. PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

17.1 Ordenamento territorial: conceito, instrumentos e relação com a proteção ambiental;

17.2 Plano Diretor Municipal: conteúdo ambiental, participação social e papel do Ministério Público na fiscalização;

17.3 Zoneamento ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE): fundamentos, metodologia e aplicações;

17.4 Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal: definição, delimitação, exceções e regime de proteção, nos termos do Código Florestal (Lei Federal n.º 12.651/2012);

17.5 Parcelamento do solo urbano: requisitos ambientais, controle e fiscalização;

17.6 Impactos ambientais da expansão urbana: fragmentação de habitats, impermeabilização, supressão de vegetação e pressão sobre recursos hídricos;

17.7 Regularização fundiária e seus impactos ambientais: instrumentos, limites e controle pelo Ministério Público.

## **ANEXO III — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS — ANALISTA EM EDUCAÇÃO**

#### **5. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

5.1 educação como direito fundamental — arts. 205 a 214 da Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988;

5.2 função social da escola e da educação;

5.3 relação entre educação, cidadania e desenvolvimento social;

5.4 tendências pedagógicas: tradicional, tecnicista, libertadora e crítico-social dos conteúdos;

5.5 teorias da aprendizagem: Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel;

5.6 teorias do conhecimento como base para a prática pedagógica;

5.7 histórico das concepções da Pedagogia;

5.8 educação e Filosofia;

5.9 educação, ética e cidadania;

5.10 educação e sociedade: continuidade e transformação.

## 6. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

6.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

6.2 Plano Nacional de Educação (PNE) — metas e estratégias;

6.3 Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA);

6.4 Lei Federal n.º 15.211, de 22 de abril de 2025 (ECA Digital) — proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, direitos fundamentais digitais, deveres das plataformas e responsabilidade institucional;

6.5 normas sobre educação inclusiva;

6.6 Diretrizes Curriculares Nacionais;

6.7 legislação sobre financiamento da educação — FUNDEB;

6.8 Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

6.9 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE;

6.10 Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua;

6.11 Recomendação n.º 33, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## 7. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

7.1 formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais;

7.2 políticas educacionais voltadas para a democratização do ensino;

7.3 regime de colaboração entre União, Estados e Municípios na área educacional;

7.4 gestão democrática do ensino público;

7.5 indicadores educacionais: IDEB e INEP;

7.6 avaliação em larga escala: SAEB e ENEM;

7.7 controle social e papel dos órgãos de fiscalização das políticas educacionais.

## 8. GESTÃO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL

8.1 Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, execução e avaliação;

8.2 planejamento educacional;

8.3 gestão participativa e liderança escolar;

8.4 organização do trabalho pedagógico;

8.5 avaliação institucional;

8.6 clima e cultura organizacional escolar.

## 9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

9.1 concepções e funções da avaliação;

9.2 avaliação diagnóstica, formativa e somativa;

9.3 instrumentos avaliativos;

9.4 avaliação inclusiva;

9.5 relação entre avaliação e currículo;

9.6 sistemas de incentivos de aprendizagem e novos métodos de ensino e avaliação para elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, capazes de atender às necessidades individuais.

## 10. CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

10.1 teorias curriculares;

10.2 Base Nacional Comum Curricular — BNCC;

10.3 interdisciplinaridade e transversalidade;

10.4 metodologias ativas de aprendizagem;

10.5 educação integral;

10.6 educação digital e tecnologias educacionais;

10.7 trabalho interdisciplinar e interprofissional;

10.8 formação permanente: desenvolvimento pessoal e profissional — treinamento, estudos, pesquisas e análises.

## 11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

11.1 educação especial na perspectiva inclusiva;

11.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE);

11.3 direitos das pessoas com deficiência no contexto educacional;

11.4 educação das relações étnico-raciais;

11.5 educação indígena e educação do campo;

11.6 gênero e diversidade no ambiente escolar;

11.7 proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais: riscos, prevenção e educação para o uso seguro da internet, em conformidade com o ECA e com a Lei Federal n.º 15.211/2025.

## 12. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

12.1 desenvolvimento cognitivo, emocional e social;

12.2 processos de ensino-aprendizagem na educação básica;

12.3 dificuldades e transtornos de aprendizagem;

12.4 relação professor(a)-aluno(a);

12.5 mediação pedagógica.

### 13. SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

13.1 funções do(a) pedagogo(a) na supervisão e orientação educacional;

13.2 acompanhamento e monitoramento pedagógico;

13.3 intervenção em processos educacionais;

13.4 instrumentos técnico-operativos: entrevista, visita domiciliar e institucional, elaboração de pareceres técnicos, laudos e relatórios.

### 14. MINISTÉRIO PÚBLICO E EDUCAÇÃO

14.1 papel institucional do Ministério Público na defesa do direito à educação;

14.2 Lei Complementar Estadual n.º 25, de 6 de julho de 1998 — dispositivos aplicáveis à tutela educacional;

14.3 atuação do Ministério Público na tutela coletiva da educação: inquérito civil, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ação civil pública na área educacional;

14.4 fiscalização de políticas públicas educacionais e controle da legalidade e da qualidade do ensino;

14.5 atuação do Ministério Público na proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, inclusive quanto à prevenção e repressão de violações de direitos fundamentais previstos no ECA e na Lei Federal n.º 15.211/2025.

## **ANEXO IV — DECLARAÇÃO DE DESEMPREGADO(A)**

*Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás*

### **DECLARAÇÃO DE DESEMPREGADO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_ e do RG n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins e especialmente para isenção de taxa de inscrição em concurso público, nos termos da Lei Estadual n.º 19.587, de 10 de outubro de 2017, que atualmente encontro-me desempregado(a), não exercendo atividade remunerada formal ou informal no momento da presente

declaração.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas sujeita o(a) declarante às sanções civis, administrativas e penais previstas na legislação vigente.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## ANEXO V — DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR INFERIOR A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

*Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás*

### DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR INFERIOR A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_ e do RG n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, especialmente para participação em concurso público, que a renda familiar mensal do grupo familiar que reside comigo não ultrapassa o valor correspondente a dois salários mínimos.

Declaro que compõem o grupo familiar que reside na mesma moradia as seguintes pessoas:

1. Nome: \_\_\_\_\_ - Grau de parentesco:

\_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_ - Grau de parentesco:

\_\_\_\_\_

3. Nome: \_\_\_\_\_ - Grau de parentesco:

\_\_\_\_\_

4. Nome: \_\_\_\_\_ - Grau de parentesco:

\_\_\_\_\_

5. Nome: \_\_\_\_\_ - Grau de parentesco:

\_\_\_\_\_

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a omissão ou prestação de informações falsas poderá resultar nas penalidades previstas na legislação vigente,

inclusive eliminação do certame.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI — DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AUTÔNOMA / PROFISSIONAL LIBERAL / TRABALHO INFORMAL**

*Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás*

**DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AUTÔNOMA / PROFISSIONAL LIBERAL / TRABALHO INFORMAL**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_ e do RG n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que exerço atividade na condição de autônomo(a) / profissional liberal / trabalhador(a) informal, na função de \_\_\_\_\_.

Declaro que exerço a referida atividade de forma independente, auferindo renda mensal aproximada no valor de R\$ \_\_\_\_\_.

Declaro, ainda, que as informações acima são verdadeiras e estou ciente de que a omissão ou prestação de informações falsas pode resultar em penalidades previstas em lei e no edital do concurso público ao qual esta declaração está vinculada.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

**ANEXO VII — DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO(A) DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE**

## RENDA

Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás

### DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO(A) DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_ e do RG n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, especialmente para participação em concurso público, que sou beneficiário(a) de programa de transferência de renda do Governo Federal ou Estadual.

Declaro que recebo o benefício do seguinte programa:

Programa: \_\_\_\_\_

Número de Identificação Social (NIS), se houver: \_\_\_\_\_

Declaro, ainda, que as informações acima prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a omissão ou prestação de informações falsas poderá resultar nas penalidades previstas na legislação vigente, inclusive eliminação do certame e responsabilização civil e penal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### ANEXO VIII — FORMULÁRIO/LAUDO MÉDICO

CONCURSO PÚBLICO — Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO(A) MÉDICO(A)

Nome completo: \_\_\_\_\_

Especialidade: \_\_\_\_\_

CRM/UF: \_\_\_\_\_

Telefone profissional: \_\_\_\_\_

Endereço profissional: \_\_\_\_\_

## 3. INFORMAÇÕES CLÍNICAS

Atesto, para os devidos fins, que o(a) candidato(a) acima identificado(a) apresenta:

- deficiência física
- deficiência auditiva
- deficiência visual
- deficiência intelectual/mental
- deficiência múltipla
- transtorno do espectro autista
- transtorno global do desenvolvimento
- transtorno funcional
- condição temporária de saúde
- outro: \_\_\_\_\_

Diagnóstico / descrição clínica por extenso:

\_\_\_\_\_

Código CID: \_\_\_\_\_

Espécie e grau ou nível da deficiência / condição de saúde:

A condição possui caráter:

- permanente
- temporário

## 4. REPERCUSSÃO FUNCIONAL

Descrever, de forma objetiva, as limitações decorrentes da deficiência ou condição de saúde e seus reflexos na realização da prova:

\_\_\_\_\_

## 5. CONDIÇÕES ESPECIAIS RECOMENDADAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Assinalar a(s) condição(ões) especial(is) recomendada(s):

- leitor de prova

- prova ampliada
- transcritor de prova
- sala individual
- sala com número reduzido de candidatos(as)
- tempo adicional de 1 (uma) hora
- mobiliário adaptado
- acesso facilitado
- outra(s): \_\_\_\_\_

Justificativa médica para a(s) condição(ões) especial(is) recomendada(s):

\_\_\_\_\_

## 6. JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA PARA TEMPO ADICIONAL

(Preenchimento obrigatório apenas se houver solicitação de tempo adicional de 1 hora)

Descrever, expressa e detalhadamente, os fundamentos médicos que justificam a concessão do tempo adicional:

\_\_\_\_\_

## 7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1 Deficiência auditiva:

- Anexo exame de audiometria recente.

7.2 Deficiência visual:

- Anexo exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), com indicação de patologia e campo visual.

## 8. DECLARAÇÃO DO(A) MÉDICO(A)

Declaro, para os devidos fins, que as informações constantes neste formulário/laudo foram por mim verificadas, encontrando-se em conformidade com a avaliação clínica realizada no(a) candidato(a).

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) médico(a)

Nome: \_\_\_\_\_

CRM/UF: \_\_\_\_\_

[Carimbo do(a) médico(a)]

## Observações

- O presente formulário/laudo deverá ser apresentado de forma legível.
- Deverá constar, obrigatoriamente, a indicação da espécie e do grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças — CID, além do nome do(a) candidato(a), nome do(a) médico(a), número do CRM e assinatura.
- Para candidato(a) com deficiência auditiva, o laudo deverá ser acompanhado de exame de audiometria recente.
- Para candidato(a) com deficiência visual, o laudo deverá ser acompanhado de exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.
- O laudo médico deverá observar os prazos de emissão estabelecidos no edital.

### **ANEXO IX — DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA**

*(Cadastro Único / Renda familiar per capita de até meio salário mínimo)*

*Edital n.º [número]/2026 — Ministério Público do Estado de Goiás*

### **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, candidato(a) ao Concurso Público — Edital n.º [número]/2026 — do Ministério Público do Estado de Goiás, declaro, sob as penas da lei, que sou membro de família com renda familiar mensal per capita inferior ou igual a meio salário mínimo, nos termos da regulamentação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Declaro estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá acarretar minha eliminação do certame e a aplicação das sanções legais cabíveis.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

**Nome completo:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

---



Documento assinado eletronicamente por **Cyro Terra Peres**, em **04/05/2026**, às **20:35**, e consolidado no sistema Atena em 2026-05-04 20:39:52 -0300, sendo gerado o código de verificação 767d8a70-2a40-013f-cc91-0050568b6996, conforme Ato PGJ n. 29, de 22 de maio de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida mediante a leitura do QR Code.